

Ajustes e Rupturas: Cooperativismo e lutas sociais no Brasil contemporâneo

*Claudete Pagotto**
PUC/SP - NEILS (Brasil)

Resumo

Este artigo busca contribuir para a reflexão sobre a natureza ambígua do cooperativismo. Dependendo da classe social que o impulsiona e como, poderá ser empregado a favor contra a emancipação humana. Em um contexto de reestruturação produtiva capitalista, de aumento dos índices de desemprego e de refluxo das lutas sociais, no Brasil, a partir dos anos 1990, procuramos destacar a recriação de cooperativas do MST, como instrumento de resistência e de luta, criado e organizado pelos trabalhadores.

Resumen

Este artículo busca contribuir para la reflexión sobre la naturaleza ambigua del cooperativismo. Dependiendo de la clase social que lo impulsa y como, proderá empleado en favor o contra la emancipación humana. En contexto de la reestructuración productiva capitalista, el incremento de los índices del desempleo y del retroceso de las luchas sociales, en Brasil, a partir de los años 1990, intentamos destacar la re creación de las cooperativas do MST, como una herramienta de la resistencia y de la lucha, inventado y organizado por los trabajadores

Abstract

This article search to contribute to the reflexion about the ambiguous nature of the cooperative system. Depending on the social class which put it forward and how, it may be used either in favor or against the human being emancipation. In a context of capitalist productive reform, increasing in the unemployment levels as well as the ebb away fights, in Brazil, since the 1990's, we have tried to

* Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP e membro do NEILS – Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais.

emphasize the recreation MST's cooperatives, how a tool with the objective of resistance and fight, created and organizes by workers.

I - Apresentação

Esta temática nos remete a um conjunto de questões, com as quais se articulam e se desenvolvem, às vezes contraditoriamente, variadas concepções teóricas. As práticas de ajuda mútua e autogestionárias que se ampliaram no interior do processo de desenvolvimento capitalista na Europa do século XIX, se incorporaram, com o tempo, tanto aos lineamentos do sistema econômico como às lutas sociais. Noções como “utopismo”, “owenismo” e “proudhonismo”, no bojo das lutas operárias do século XIX, indicavam uma alternativa de mudança gradual e capaz de fomentar transformações sociais, mediante a constituição de associações e cooperativas, ou seja, objetivavam “ajustar” as contradições das relações capitalistas sem romper integralmente com suas estruturas. Estes projetos utópicos de transformações sociais foram as principais manifestações de solidariedade operária antes do desenvolvimento da organização operária como classe social, e foram os precursores das distintas conceituações como diria, Hobsbawm (1980), do primeiro socialismo.

Articuladas a estas práticas se encontram denominações como: “associacionismos”, “comunalismos”, “conselhos”, “anarco-sindicalismos”, “soviets”, “autogestão socialista”, “cooperativismo”. Para o desenvolvimento deste artigo, concentramos nossos esforços em analisar as potencialidades de transformação social existentes no processo de constituição e funcionamento de cooperativas.

O cooperativismo manteve o “espírito” de alternativa ao capitalismo, orientando-se basicamente pela busca de melhores preços para o consumo de mercadorias, e pela “redistribuição igualitária” do resultado da produção entre os membros cooperados. Norteado pelos Princípios de Rochdale, o cooperativismo foi assumindo duas formas distintas de exploração do trabalho: uma, por meio de cooperativas com características

estritamente empresariais, que emprega e explora diretamente trabalhadores não cooperados; outra, com cooperativas incentivadas, em geral por sindicatos e/ou pelo Estado, como parte de um programa de reformas que não afetam de modo profundo às contradições sociais. Ao contrário, visam a minimizá-las, atenuando os antagonismos de classe.

No Brasil, nas duas últimas décadas do século XX, período de profunda crise capitalista, cujos efeitos repercutiram diretamente sobre a composição e a organização política da classe trabalhadora tem sido incentivada por órgãos do governo, sindicatos e universidades a formação de cooperativas para trabalhadores de baixa renda. Esta manifestação do cooperativismo pode conter elementos que o fazem um aliado na reprodução do trabalho terceirizado e precarizado.

Por outro lado, neste mesmo contexto, surgiram novas formas de lutas de classe e, articuladas a estas, o desenvolvimento de formas associativas e cooperativas como instrumentos de organização política e econômica dos trabalhadores. Destacamos, no final deste, alguns desses elementos no processo de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra como a experiência que parece se aproximar da vertente na qual o cooperativismo se articula a processos de luta por transformações sociais.

II - O cooperativismo como instrumento de luta de classes

A passagem do utopismo às reformas, ou à revolução, culminou em profundas divergências no “movimento cooperativo”. Desde 1910, com a realização dos Congressos: da Aliança Cooperativa Internacional em Hamburgo e o da Internacional Socialista em Copenhague, não se pode considerar o movimento cooperativista como pertencente ideologicamente ao socialismo e a idéia de cooperação deixou de ser contrária à concorrência. As cooperativas passaram a ser consideradas como uma fórmula progressiva de desenvolvimento, adaptada aos lineamentos do liberalismo econômico.

Porém, as cooperativas aparecem como uma forma

essencialmente contraditória no interior do processo produtivo capitalista. Internamente, os trabalhadores ao se tornar responsáveis pela produção coletiva, negam o processo de exploração da força de trabalho, mas, por se encerrarem na lógica da concorrência, permanecem, portanto, sujeitas ao processo de acumulação do capital. Deste modo, para que algumas tendências do movimento operário no bojo das lutas de classes as cooperativas são impulsionadas como uma possível forma econômica de transição para o socialismo.

Na América Latina a formação do cooperativismo demonstra, conforme Fals Borba, a manifestação progressiva de uma “decantação da utopia”, processo pelo qual os ideais utópicos, ao se acondicionarem na dinâmica que envolve a amplitude das relações sociais no interior de uma realidade sócio-histórica, tendem a se adaptar ou a se transformar, ocasionando uma perda de seus principais significados, diluindo seus objetivos originais e revelando uma inconsistência atual em relação a sua origem (1973:350).

O caráter adaptativo e “deformado” do cooperativismo define-se como um setor da economia e com a função de “equilibrar e moralizar o capitalismo”, de “servir de corretivo num regime de livre concorrência”, e ainda; “não podendo ser considerado, como um instrumento comunizante ou socialista”. E, não destoante destas formulações, é comum identificar o cooperativismo como um meio importante para se “corrigir as distorções do capitalismo”. Na verdade, dentro destas premissas, às cooperativas é colocado como objetivo primeiro a realização do lucro, a competitividade e a acumulação do capital e vem se expandindo internacionalmente em moldes paternalistas e autoritários, bem como de forma imitativa aos modelos europeus mais avançados.

Nas cooperativas do século XX, os ideais utopistas já se encontravam “decantados”, e os princípios de Rochdale se articulavam de forma não adequada às condições latino-americanas como, por exemplo: o controle democrático se debilitava pelas características autoritárias da sociedade; a distribuição dos excedentes fortalecia o instinto lucrativo dos membros criando um grupo privilegiado; a neutralidade política e religiosa foi

destruída pelas tensões políticas e sociais e o impulso a educação era igualmente ilusório (Fals Borba, 1973:356-358).

O cooperativismo inserido no interior dos movimentos sociais, a potencialidade de transformação social lhe é constitutiva, por meio do estímulo à formação de cooperativas adequadas às condições sócio-históricas de cada região. Sem perder de vista os “dados históricos e as análises do processo de formação e deformação da política cooperativista na América Latina” (Fals Borba, 1973: 368-369) os países latino-americanos podem desenvolver um “movimento cooperativo” de novo tipo e capaz de reunir condições para reagir contra os atuais efeitos das contradições econômicas e sociais mais amplas.

A crise instalada no Brasil a partir dos anos de 1980, cujos efeitos se prolongaram pelas décadas seguintes, não foi unicamente o resultado do desordenamento econômico mundial, mas sim do choque das formas adotadas para recuperar o ciclo produtivo de crescimento econômico, no interior de uma situação política de contenção das mobilizações sociais e das ações sindicais. O acelerado processo de renovação tecnológica e de reorganização do trabalho foi acompanhado de um processo de reconcentração do capital industrial e financeiro. A amplitude destas transformações tem afetado profundamente (de modo objetivo e subjetivo) o conjunto da classe trabalhadora e, por conseguinte, suas formas de luta e de organização.

A integração na *mundialização* financeira, enquanto imperativo de uma lógica imanente do capitalismo contemporâneo, determinou a desregulamentação das economias no âmbito interno dos países do terceiro mundo. Sob a tutela do Fundo Monetário Internacional e dos impactos da especulação financeira internacional, proporcionada pelos programas de estabilização e de ajuste estrutural, tal “integração” propiciou o desmantelamento dessas economias, e levou milhares de pessoas ao caminho constante do empobrecimento.

Os desdobramentos econômicos, que modificaram o padrão de acumulação, permitiram a implementação de alternativas flexibilizadas no interior da produção. A partir destas alternativas, começa a desmoronar uma classe operária identificada com um processo de trabalho taylorista/fordista, e a se formar

uma classe cuja composição irá se fragmentar em outros tipos de trabalhadores.

A interação dos elementos constitutivos da crise do capital, pós-Segunda Guerra, com suas implicações num esgotamento do ciclo de acumulação, e as lutas de classes ocorridas dos anos 60 e 70, “perturbaram seriamente o funcionamento do capitalismo, provocando a eclosão da crise dos anos 70” (Bernardo apud Antunes, 2000:44). Neste contexto, o salto tecnológico se iniciava como resposta do capital ao quadro de lutas sociais e às necessidades da própria concorrência intercapitalista.

A substituição da força de trabalho por tecnologias mais desenvolvidas, lança ao desemprego trabalhadores incapazes de executar operações mais complexas. Começa a se configurar uma nova forma de exploração: a capacidade organizacional, exigida numa atividade ainda mais complexa, intensiva e mais qualificada. Ao invés de limitar a explorar a força de trabalho muscular dos trabalhadores, privando-os de qualquer iniciativa e mantendo-os enclausurados, os capitalistas compreenderam que podiam multiplicar seu lucro explorando a imaginação, os dotes organizativos, a capacidade de cooperação, enfim, todas as virtualidades da inteligência.

As empresas começaram a centrar suas atividades no produto principal, *terceirizando* atividades consideradas secundárias. Na produção principal o trabalho repetitivo e mecânico se modifica para a polivalência de atividades visando atender, agora de forma mais intensa, as exigências de qualidade e de produtividade. A *flexibilidade* do processo produtivo se constitui, em linhas gerais, no ajuste das horas de trabalho às necessidades de produção; na substituição da automação de base eletromecânica pela base microeletrônica, aumentando a rapidez das mudanças na produção em termos de volume e produtos; na gestão do processo de trabalho com a adoção de métodos participativos; nos trabalhos em equipe e, na subcontratação do trabalho em ramos da produção ditos secundários, que tende a substituir o trabalho assalariado por formas *terceirizadas* de utilização da mão-de-obra: trabalhadores autônomos, subcontratados ou temporários.

Tais exigências empresariais têm ampliado os índices de desemprego. Num maior grau, entre os jovens, por apresentarem: baixa qualificação profissional; baixo nível de escolaridade; na convivência com um quadro de miséria material, estão condenados às condições de profunda marginalização (Bernardo, 2000:80-81). E, ainda, para o conjunto dos trabalhadores sem qualificações, sobram alguns poucos ramos inferiores de trabalho, ramos saturados e sub-remunerados. Sem considerar a diversidade dos setores produtivos existentes, diversos estudos vêm observando que existe uma relação entre a *flexibilização* e a *precarização* do trabalho.

O desemprego tem modificado a composição da classe trabalhadora, fragmentado-a de modo generalizado nestas novas divisões: “profissionais altamente qualificados, muito produtivos, com estabilidade e direitos sociais; trabalhadores de empresas subcontratantes, ou em regime de terceirização, part-time, sob condições precárias; e trabalhadores condenados à marginalização, sob as formas mais degradadas da mais-valia absoluta” (Bernardo, 2000:84). Grande parte da mão-de-obra desempregada tem sido apropriada por iniciativas que, freqüentemente, estão à margem da lógica mercantil e do trabalho formal. São atividades de produção artesanal, domiciliar ou, ainda, de venda de produtos no mercado informal. Estas atividades laborativas demonstram que a exploração do trabalho, nestes segmentos de classe, ocorre na sua forma mais absoluta: condições precárias de trabalho, extensão da jornada, intensificação do trabalho e remuneração que não ultrapassa os limites mínimos de subsistência.

Em função da crescente competitividade entre empresas (com vistas a manter e ampliar as margens de lucros) e dos índices satisfatórios de desemprego, formas flexibilizadas-terceirizadas e precarizadas de organização do trabalho, como as cooperativas, vêm sendo incentivadas, inclusive com a parceria do Estado. As cooperativas passam a funcionar como “empresas” que terceirizam serviços e propiciam a redução de gastos com a gestão da força de trabalho, visando manter o controle da produção e dos lucros. Enquanto alternativa de trabalho, representam, para o trabalhador, uma promessa de

mudança e transformação social. Assim mistificadas, as cooperativas passam a funcionar como dispositivo ideológico, por meio do qual são ocultadas, as causas da crise e atenuadas as contradições sociais.

Os debates acerca de um possível terceiro setor¹ e de uma economia solidária² tendem a colocar a pequena produção e o trabalho associado como alternativas de geração de emprego e renda, condicionando a maioria dos trabalhadores a não se considerarem como

desempregados, ou excluídos, mas como realizando atividades efetivas, dotados de algum sentido social. Aqui há, por certo, um momento de dispêndio de atividade útil e portanto positiva, relativamente à margem (ao menos diretamente) dos mecanismos de acumulação. Mas é bom não esquecer, também, que essas atividades cumprem um papel de *funcionalidade* em relação ao sistema, que hoje não quer ter nenhuma preocupação pública e social com os desempregados (Antunes, 2000: 113 grifos do autor).

É importante destacar que estas atividades compreendem uma variedade de trabalhos exercidos sob determinações diversas. As cooperativas constituem parte destas atividades. Enquanto forma de trabalho, organizada na pequena produção ou na terceirização de serviços, as cooperativas podem ser analisadas nos marcos de uma produção artesanal e/ou domi-

¹ Esta denominação, segundo Antunes, se refere à expansão do trabalho assumido como forma alternativa de ocupação, em empresas de perfil mais comunitário, motivadas por formas de trabalho voluntário, abarcando um amplo leque de atividades, sobretudo assistenciais, sem fins diretamente lucrativos e que se desenvolvem à margem do mercado (2000, 112)

² Destaco duas interpretações: "A solidariedade na economia repousa em um projeto econômico, político e social ao mesmo tempo, que conduz a uma nova maneira de fazer política e de estabelecer as relações humanas baseadas no consenso e na forma de agir do cidadão". *Documento final do 2º Encontro Internacional sobre a Globalização da Solidariedade* – www.ugah.quebec.ca. "Economia solidária é um oxímoro, tentativa de juntar coisas que se repelem e se opõem – economia e solidariedade. Não é possível construir um projeto de solidariedade social nos marcos das leis econômicas. Por isso mesmo, mais do que nunca, há que resgatar a importância da política e da luta política" Vainer (2000).

ciliar. Os trabalhadores organizados sob estas condições acabam por ser vendedores de mercadorias e não de sua força de trabalho. Ao trabalhar com meios de produção próprios e ao reproduzir sua própria força de trabalho é possível que as cooperativas criem mais-valia, ou seja, acabam por se apropriarem do próprio trabalho excedente. Podem transformar a produção artesanal - a cooperativa - numa pequena produção capitalista que pode, inclusive, explorar o trabalho alheio, perder os meios de produção e converter seus sócios cooperados em trabalhadores assalariados ou, ainda, em mais um membro nas fileiras do *exército industrial de reserva*. Estas são as tendências que movimentam estas atividades na sociedade onde o modo de produção capitalista predomina.

Cabe ressaltar que o cooperativismo é inseparável das lutas de classes. Pela sua natureza, o cooperativismo pode ser organizado contra ou a favor da emancipação dos trabalhadores e depende, portanto, de qual classe social o impulsiona e como. Neste sentido, há um abismo entre os dois pólos: de um lado, os trabalhadores que o organizam como instrumento em direção à superação dos mecanismos de exploração capitalistas; do outro, ou é empregado como meio de exploração do trabalho dos não cooperados, ou é utilizado na condução de reformas sociais objetivando transformações graduais e pacíficas na sociedade.

As políticas compensatórias se inserem no quadro das recomendações dos organismos internacionais ao governo brasileiro. São políticas que irão cumprir um papel de amenizar o grau de deterioração das condições sociais, pois não intervêm na distribuição da riqueza, tampouco nos preços ou salários acabam por exercer uma função adaptativa.

Estas políticas, mesmo as mais bem intencionadas, como as orientadas pela economia solidária³, ao empenhar-se na elaboração de respostas inovadoras, evocando instituições e apresentando novas vias de ação (por meio de iniciativas locais

³ Em outros países: no Chile: Luiz Razeto – *economia popular*; na Argentina: José Luis Coraggio: *economia social*; na Nicarágua: Orlando Nunes e no Brasil: Paul Singer – *revolução social*; no Peru: Aníbal Quijano e José Nun – *teoria da marginalidade* (Cunha, 2002).

que buscam, na associação ou nas cooperativas, alternativas econômicas frente ao desemprego) acabam por ocupar um espaço no receituário neoliberal. Tendem a fazer parte de um processo ideológico e político de compensação da miséria e controle político sobre a classe trabalhadora desempregada e em processo crescente de pauperização.

O cooperativismo, impulsionado por meio de programas sociais, remonta às noções reformistas, mas a perspectiva de ser uma medida de transição à sociedade socialista se dilui no mero objetivo de minimizar o alto índice de desemprego, ou da chamada exclusão social. As transformações sociais são mínimas, tendo em vista que as condições dadas permitem apenas que a reprodução das relações de trabalho se efetive de modo precarizado.

A implementação de projetos sociais, aos quais o cooperativismo se vincula, tende a demonstrar a noção pela qual a classe trabalhadora (ao se encontrar cada vez mais heterogênea, fragmentada, e desorganizada sindical e politicamente) torna-se incapaz de desenvolver uma ação política própria, e permanece representando um povo oprimido e castigado que, para valer-se a si mesmo, depende dos programas sociais do governo.

Desde os anos 90, os chamados “novos movimentos sociais” vêm sendo estudados como manifestação do processo de desenvolvimento de uma sociedade mais democrática, apoiada na ética e na justiça social. Algumas destas formulações acabam por encobrir as contradições das relações capitalistas e confinam os movimentos sociais na esfera da sociedade civil. Assim, num claro objetivo ideológico, estes movimentos (ONG’s, associações, cooperativas, etc.) tornam-se instrumentos adequados à tentativa de dar respostas positivas à crise que assola algumas regiões e o país como um todo. Como vimos, o cooperativismo, apoiado pelas políticas compensatórias, passa a desempenhar parte deste papel. Contribui para a formação dos pequenos “empreendimentos comunitários” que, na tentativa bem intencionada dos programas assistenciais, acabam por dinamizar o intenso processo de exploração do trabalho e minar os direitos trabalhistas com a subcontratação e terceirização do trabalho.

O importante resgate do sentido social que os movimentos sociais, as organizações coletivas, associações e cooperativas promovem como um elemento positivo, dilui-se numa prática política mais ampla. Tais movimentos, apresentados como condicionantes de um processo gradual de transformação da sociedade, tendem a uma superficialidade prática, similar à dos utópicos do socialismo programático, cujas propostas limitavam-se à transformação no interior das leis reprodutoras do capital, sem colocar em xeque suas estruturas.

A maioria das análises, dos chamados “novos movimentos sociais” no Brasil (para nos limitarmos neste caso) prendeu-se demasiadamente às vicissitudes do regime político. Afinal, foram 21 anos de ditadura militar. Hoje, após uma década e meia de democracia burguesa, o panorama parece mais claro.

Nos termos da perspectiva teórica aqui adotada, quando parte das noções utilizadas, para explicar os chamados “novos movimentos sociais” como “cidadania”, “inclusão” e “exclusão social” expressam e, por outro lado, ocultam uma profunda crise que atravessa o conjunto das relações sociais capitalistas. Nas lutas sociais, manifesta-se a tentativa de constituir uma nova identidade que supere a consciência fragmentária, mas, esta fragmentação não deriva simplesmente de um regime político (no caso, o autoritarismo). Ela se enraíza em algo mais profundo: as estruturas do modo de produção capitalista em uma nova rodada de transnacionalização no bojo de uma profunda crise.

Neste sentido, estes movimentos podem restringir seus impactos ao interior do sistema, embora seja altamente improvável que reconstituam “o tecido social danificado”. Mas também podem apontar para uma profunda transformação social. De qualquer forma, para compreendê-los, é fundamental não identificar ação política com esfera estatal. Embora não se neguem à prática institucional, estes movimentos mantêm sua vitalidade exatamente por atuarem criativamente também fora do espaço político institucional. Isto não significa necessariamente, acanhamento, pequenez ou apatia política. Significa recuperar práticas populares de romper com a clausura política que lhes é imposta pelos dominantes.

A partir destas formulações, é possível concordar que a ação direta e a autonomia são elementos basilares dos movimentos sociais. Como a gama de análises sobre este assunto requer um estudo à parte, nosso objetivo é ir ao encontro do movimento social que procura inserir a organização das cooperativas em um projeto amplo de transformações sociais.

Sob o ângulo da organização das massas, de modo direto e autônomo, o MST é o mais avançado dentre o conjunto dos movimentos sociais que surgiram no campo e na cidade no Brasil dos anos 1980 e 1990. A ofensiva, as ocupações e as atividades do MST são algumas das poucas manifestações que têm questionando a política liberal do governo e, com isto, têm grande chance de criar o que Petras aponta como “uma contra-hegemonia, pelo menos frente ao predomínio da agroindústria de exportação, um dos eixos da política do governo” (1997: 12).

O MST surge como a expressão das forças sociais que emergiram no enfrentamento ao governo federal nas décadas de 80 e 90 dando continuidade às lutas camponesas⁴ tendo como principal influência a ação pastoral das CEB's e da CPT⁵.

James Petras afirma que o MST combinou ocupação de terras e manifestações massivas para exercer pressão sobre o governo para legalizar e financiar a redistribuição de terras. E, assim como os outros movimentos de base camponesas na América Latina, o MST difere dos movimentos do passado pelas seguintes razões: é autônomo e independente em relação aos partidos; seus líderes não formam parte de um aparelho burocrático; vincula as lutas setoriais a problemas políticos

⁴ Esta continuidade não é linear e nem direta. Em ampla medida, sua construção é parte da própria constituição da identidade e, portanto, do próprio movimento. Relacionamos algumas organizações que fazem parte da história da luta pela terra no Brasil: a ULTABs – União dos lavradores e trabalhadores agrícolas do Brasil; as Ligas Camponesas, o MASTER/RS; Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, a FETAG e a CONTAG.

⁵ As CEBS e a CPT, nos anos 70 e 80, por meio de seus “trabalhos de base” à luz da Teologia da Libertação, nas paróquias das periferias das cidades e nas comunidades rurais, conforme Mançano Fernandes, formaram espaços de socialização política e de organização “dos novos movimentos camponeses que insurgiram durante o regime militar” (2000:44).

nacionais; possui vínculos⁶ com organizações regionais e internacionais; assim como outros movimentos camponeses, têm estado na vanguarda, buscando aliados⁷ nas cidades e nos parlamentos nacionais; e, por último, estão aprendendo uns com os outros, particularmente no que se refere à questão de táticas concretas (2002).

As lutas de classes no campo, não estão apesar de suas especificidades, submetidas apenas às influências da realidade agrária, mas estão inseridas num contexto geral -cuja mobilização política dos trabalhadores se deve a um conjunto de fatores econômicos, políticos e ideológicos.

As mobilizações dos trabalhadores (desde a ocupação da terra até a organização dos assentamentos) são passíveis de interpretações economicistas, uma vez que as bases sociais deste movimento, se desenvolvem a partir da inserção dos trabalhadores na esfera produtiva. Os fatores econômicos tornam-se insuficientes para a apreensão do processo como um todo, ou seja, na sua complexidade. Mas isto não significa dizer que estes devam ser relegados a um plano secundário. As mudanças nas relações sociais e de produção, fomentadas nos assentamentos do MST, implicaram, necessariamente, mobilizações e enfrentamento político. Busca-se não resumir a articulação das formas de organização da produção e da comunidade, numa reivindicação corporativa somente de defesa dos direitos dos assentados. Mas, na superação desta, ao combinar a luta econômica com a política por meio de mobilizações e de discussões sobre questões mais amplas -uma vez que o processo de desarticulação das lutas sociais no campo adveio da associação de políticas agrícolas com o projeto neoliberal.

A concepção de cooperação do MST vincula o desenvolvimento econômico e social dos assentados a um projeto político estratégico de transformações na sociedade, capaz de potencializar lutas sociais mais amplas, ou melhor, anticapitalistas.

⁶ Com a Cordenadoria Latino-Americana de Organizações Camponesas – CLOC, a Via campesina, a Consulta Popular e com os movimentos internacionais anti-globalização.

⁷ Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, sindicatos, partidos de esquerda.

Para o MST, o cooperativismo é, ao mesmo tempo, um instrumento de luta e uma ferramenta de organização, por permitir a formação e a liberação de militantes. As ações políticas são baseadas em um conjunto de princípios que resumidamente, podemos apontar como essencial, a gestão democrática (ou direção coletiva) na organização dos núcleos de base; nas cooperativas; na distribuição do resultado da produção, de acordo com a participação de cada um nas operações da cooperativa; no processo de discussão e planejamento da produção; na tomada de decisões e nas avaliações.

Soma-se a estes princípios, a formação político-ideológica da base social e a chamada *mística*, cuja premissa principal é fomentar a memória de luta. Além das reivindicações por políticas que correspondam aos anseios imediatos dos trabalhadores, outro princípio é o de manter ou buscar vínculos (conforme expusemos anteriormente) com movimentos sociais preocupados com mobilizações políticas mais amplas: contra a ALCA, a produção de alimentos geneticamente modificados (os chamados transgênicos), as intervenções imperialistas nos países latino-americanos e nos do Oriente Médio.

Uma das principais características da CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária, conforme descrito em suas cartilhas e na entrevistas com seus organizadores, é a luta pela construção de um novo cooperativismo que seja alternativo ao modelo tradicional e de ser fundamentalmente oposto à política neoliberal:

O cooperativismo que nos propomos a construir defende a autonomia de organização e representação. O desafio é construir o próprio modelo do MST: que abarque as diferenças regionais, que aponte um modelo tecnológico alternativo; deve organizar a base para contribuir na transformação da sociedade (Concrab, 1998:11).

A construção deste novo modelo aglutina uma série de atividades, como: capacitar tecnicamente, promover a cooperação agrícola nas suas mais variadas formas, organizar a produção e comercialização, administrar os créditos, organizar mobilizações para a ampliar as condições básicas dos

assentados e por políticas agrícolas. Soma-se a este último o objetivo de mostrar a importância da luta pela reforma agrária, para o conjunto da sociedade, a partir dos inúmeros exemplos de assentamentos espalhados pelo país. “Com isto, acumular forças, formar quadros políticos, contribuir para a construção de um novo homem de uma nova mulher, pessoas responsáveis, politizadas, culturalmente desenvolvidas, solidárias e fraternas umas com as outras” (CONCRAB, 1998:13).

A repressão ao MST no período do governo Collor (1989-1991) e as mudanças estruturais na década de 90 (extinção das linhas de crédito, importação de gêneros alimentícios e apoio às cooperativas produtoras para a exportação) geraram: de um lado, a crescente inviabilidade econômica para a maioria dos pequenos produtores rurais, diretamente refletida nas CPAs ligadas ao MST; de outro, fomentou (entre suas instâncias organizativas) um debate interno no sentido de estimular a cooperação de produção agrícola, desde a mais simples às mais complexas -como alternativa para incrementar a viabilidade econômica dos assentamentos e dar à melhoria social dos trabalhadores assentados um conteúdo político estratégico. Como resultado destes debates, foi definida a concepção de cooperação para o MST:

Buscar uma cooperação que traga: desenvolvimento econômico e social, desenvolvendo valores humanistas e socialistas. A cooperação que buscamos deve estar vinculada a um projeto estratégico, que vise a mudança da sociedade. Para isto deve organizar os trabalhadores, preparar e liberar quadros, ser massiva, de luta e resistir ao capitalismo (Concrab, 1998:20)

De acordo com alguns estudos documentados em cartilhas e apostilas⁸, a realização deste modelo inovador de cooperativismo é atravessada por inúmeras contradições que aparecem, ora como internas, ora como externas.

As internas originar-se-iam no fator cultural. A criação do SCA não teria levado em conta as práticas históricas dos trabalhadores rurais, mas sim uma condicionante político-ideoló-

⁸ Horácio Martins Carvalho (1998), (1999)(2002) e MST/Concrab (nº.05).

gica imposta de fora. E, no decorrer da implantação deste sistema cooperativista, o sentido de cooperação teria sido perdido na ênfase prática dada à administração econômica das CPAs. Conforme Carvalho (1999) e Martins (2000), admite-se, a partir dos anos 90, como um dos motivos de um possível retrocesso na condução política deste movimento social, a “redução da política de cooperação à constituição de cooperativas”.

Os fatores externos estariam condicionados à lógica das relações econômicas capitalistas que, aliada a fatores políticos (como a extinção de créditos para o desenvolvimento da pequena agricultura e de adequação às normas internacionais de produção agrícola), tem dificultado para os pequenos produtores, assim como para os assentados, ligados ou não às CPAs, a obtenção de recursos necessários a dinamização da pequena agricultura e de manutenção de um padrão mínimo de subsistência.

Tais leituras, críticas e autocríticas têm contribuído para o desenvolvimento de novas análises e formulação de novos projetos⁹ no que se refere à produção coletiva nos assentamentos.

O cooperativismo que se desenvolve nos assentamentos do MST, tem a característica de fomentar várias possibilidades de organização da cooperação no trabalho agrícola, com objetivo de alcançar um resultado econômico viável socialmente. Revela-se como a principal forma de resistência dos trabalhadores diante de um quadro político desfavorável ao desenvolvimento da pequena agricultura e de repressão aos movimentos sociais.

⁹ A “Comunidade de Resistência e de Superação” idealizada por Horácio Martins Carvalho (2002) se refere a um conjunto de propostas que visam integrar movimentos, organizações sociais e os pequenos agricultores familiares para que possam realizar mudanças que lhes permitam “não somente melhorar a qualidade de vida e a do trabalho como desenvolver a consciência crítica para encontrarem caminhos para superarem as causas estruturais da opressão capitalista”. E a “Comuna da Terra”, cuja proposta é organizar “territórios” de ocupação próximos aos grandes centros urbanos, em áreas menores que as dos assentamentos rurais, com pequenas agroindústrias e comercialização direta nos centros urbanos (Matheus:2001).

III – Considerações finais

O exame da experiência objetiva do cooperativismo contemporâneo contribuir para demonstrar, inicialmente, que não existe e, provavelmente, nunca existiu na história um sistema cooperativo único, mas formas de cooperação unidas em um sistema de produção dominante. E, em segundo lugar, que, desde os finais do século XIX, a resistência da classe trabalhadora, de um modo ou de outro, foi influenciada por formas de cooperação e de ajuda mútua que remontam à época pré-capitalista.

Desde meados dos anos 1990, no Brasil, o cooperativismo articulado à concepção que incentiva, por meio de programas sociais - às vezes com a parceria dos sindicatos e das universidades -, a formação de cooperativas. Estas ações podem reafirmar o sentido social do trabalho, mas, essencialmente, reproduzem relações de exploração num grau muito elevado, cujo resultado financeiro supre necessidades primárias de sobrevivência, não ultrapassando os marcos da dominação de classe e do atual processo de precarização das relações do trabalho. Esvaem-se, nos planos subjetivo e objetivo, as possibilidades de que a cooperativa contribua para o incremento da organização política dos trabalhadores. Trata-se, ao nosso ver, de um processo objetivo, embora não seja, obviamente, irreversível, na medida em que pode ser afetado pela correlação de forças mais ampla.

Durante a trajetória das mobilizações políticas e do desenvolvimento dos assentamentos, os trabalhadores organizaram associações e cooperativas como forma de ampliar as condições materiais, econômicas e de convívio social. Busca-se estabelecer nos assentamentos “focos” de resistência capazes de sedimentar as bases para lutas sociais mais amplas no futuro. De modo sucinto, a dinâmica interna nos assentamentos é condizente com a concepção de cooperação do MST, na qual os grupos vão se formando pelas afinidades, pelas condições materiais e pelas discussões sobre os planos de produção agrícolas mais adequados. A organização dos trabalhadores em bases associativas e cooperativas, que lutam

por terra e por transformações sociais, tem um duplo objetivo: promover uma união de classe e, com esta, desenvolver, de modo autônomo, as forças produtivas. Estes elementos podem assumir, nos termos da perspectiva teórica que adotamos, um caráter político fundamental no sentido da emancipação da classe trabalhadora.

Bibliografia

- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho; ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- BERNARDO, J. *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores: ainda há lugar para os sindicatos?*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000
- CARVALHO, H.M. *As contradições internas no esforço de cooperação nos assentamentos de reforma agrária do MST (período 1989-1999)*, 1999 (mimeo).
- _____. *Comunidade de resistência e de superação*. 2002, (mimeo).
- CONCRAB. "Sistema Cooperativista dos Assentados". *Cadernos de Formação* nº 05. São Paulo, CONCRAB, 1998.
- CUNHA, G. C. *Economia solidária e políticas públicas: reflexões a partir do caso do programa de incubadoras de cooperativas da PMSA/SP*. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – FFLCH/ USP.
- FALS BORBA, O. "Formación y deformación de la política cooperativista en la América Latina". In: *La lucha de clases en el campo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1973.
- HOBBSBAWM, E.J. "Marx, Engels e o socialismo pré-marxiano". In: *História do Marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- MANÇANO FERNANDES, B. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- _____. *A Formação do MST no Brasil*. São Paulo: Vozes, 2000.
- MARTINS, A. *O imediatismo da luta econômica e suas implicações na consciência política e na luta revolucionária*. 2000, (mimeo).
- MATHEUS, D. *Idéias para um novo modelo de reforma agrária: "Comuna da Terra"*. 2001 (mimeo).
- PETRAS, J. "A esquerda e as novas lutas sociais na América Latina". *Lutas Sociais* nº 2. NEILS - Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais/ PUC-SP, 1997.
- _____. "El campesinado y el Estado em América Latina". 7/03/02 (www.rebelion.org), 2002.
- VAINER, C. "Controle político dos miseráveis ou utopia experimental?". In: *Sindicalismo & Cooperativismo: a economia solidária em debate*. UNITRABALHO, 2000.